

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRURA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRURA S.A

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Corredor Logística e Infraestrutura S. A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corredor Logística e Infraestrutura S. A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 5, 6 e 20 a Companhia em 31 de dezembro de 2018 possui um saldo a pagar de partes relacionadas de US\$ 3,646 mil, um saldo de outros créditos no montante de US\$ 2,486 mil de despesas de aval a apropriar e um saldo de US\$ 1,570 mil referente a despesas de aval registradas no resultado relativos a cobrança de aval de partes relacionadas em contrato de empréstimo da Companhia, todavia, até a data final dos nossos trabalhos a documentação apresentada não foi suficiente e apropriada para suportar o registro da referida operação nas demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foi possível confirmar ou verificar, por meios alternativos, os referidos saldos registrados na rubrica de "Partes relacionadas" no passivo não circulante, "Outros créditos" no ativo circulante e não circulante e "Despesas com aval" registradas no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e 5 às demonstrações contábeis, a Companhia possui transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Conseqüentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 foram conduzidos sob nossa responsabilidade, para as quais emitimos relatório com opinião sem ressalvas datado em 09 de março de 2018.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de maio de 2019.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Milhares de USD)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2018	2017		Nota explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.802	4.005	Fornecedores		280	286
Contas a receber		26	25	Empréstimos e financiamentos	13	1.470	2.099
Estoques		93	38	Obrigações trabalhistas	11	212	137
Adiantamentos a fornecedores		106	11	Obrigações tributárias	11	25	213
Partes relacionadas	6	652	1.322	Partes relacionadas	6	3.309	222
Tributos a recuperar	4	501	445	Adiantamento de clientes		29	34
Outros créditos	5	1.614	85			5.325	2.991
		6.794	5.931	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos			
Partes relacionadas	6	685	126		13	10.403	14.377
Impostos diferidos	12.1	823	542	Outras contas a pagar		53	-
Aplicação financeira	13.d	1.151	-	Partes relacionadas	6	918	-
Outros créditos	5	916	-			11.374	14.377
Propriedades para investimentos				Patrimônio líquido			
	7	415	-		15		
Investimentos	8	24	28	Capital social		48.990	48.990
Imobilizado	9	556	602	Reserva Legal		93	11
Intangível	10	47.832	53.521	Reserva estatutária		1.772	609
		52.402	54.819	Ajuste de avaliação patrimonial		(8.358)	(6.228)
Total ativo				Total passivo e patrimônio líquido			
		59.196	60.750			42.497	43.382
						59.196	60.750

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Milhares de USD)

	Nota explicativa	2018	2017
Receita operacional líquida	18	12.403	10.066
Custo dos serviços prestados	19	(7.237)	(6.947)
Resultado Bruto		5.166	3.119
Despesas gerais e administrativas	19	(3.597)	(2.587)
Resultado de equivalência patrimonial		-	10
Outras receitas operacionais		18	-
Resultado antes do resultado financeiro líquido		1.587	542
Resultado financeiro líquido	20	(239)	(177)
Lucro antes dos impostos		1.348	365
Imposto de renda e contribuição social corrente	12.3	(55)	(125)
Imposto de renda e contribuição social diferido		340	(28)
Lucro líquido do período		1.633	212

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Milhares de USD)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.633	212
Ajuste acumulado de conversão	(2.130)	(805)
Resultado abrangente total	(497)	(593)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em Milhares de USD)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva estatutaria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2017 (não auditado)	48.990	-	458	(5.423)	-	44.025
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	212	212
Constituição de reservas	-	11	151	-	(162)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(50)	(50)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	(805)	-	(805)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	48.990	11	609	(6.228)	-	43.382
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.633	1.633
Constituição de reservas	-	82	1.163	-	(1.245)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(388)	(388)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	(2.130)	-	(2.130)
Saldos em 31 de janeiro de 2018	48.990	93	1.772	(8.358)	-	42.497

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Milhares de USD)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.633	212
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	3.437	3.416
Redução na perda por desvalorização do ativo (Impairment)	(20)	-
Impostos diferidos	(340)	215
Resultado de equivalência patrimonial	-	(10)
Juros e comissões	2.059	638
Variação cambial	(1.676)	(236)
Ajuste de avaliação patrimonial	(80)	805
	<u>5.013</u>	<u>5.040</u>
Aumento/(diminuição) nas contas patrimoniais		
Estoques	(55)	(38)
Adiantamentos a fornecedores	(111)	5
Contas a receber	(33)	93
Tributos a recuperar	94	(291)
Outros créditos	38	(403)
Partes relacionadas	307	(119)
Fornecedores	(5)	107
Obrigações trabalhistas	85	(90)
Obrigações tributárias	(191)	134
Adiantamento de clientes	4	(16)
Outras contas a pagar	53	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>5.199</u>	<u>4.422</u>
Juros pagos	(500)	(638)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(161)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>4.538</u>	<u>3.784</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de investimentos e participações	-	(11)
Aplicações financeiras de longo prazo	(1.538)	-
Aquisição de imobilizado	(17)	(9)
Baixa de imobilizado	1	-
Aquisição de bens intangíveis	(145)	(545)
Baixa de bens intangíveis	-	1
Empréstimos entre partes relacionadas	(616)	(126)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.315)</u>	<u>(690)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos pagos	(2.349)	(2.044)
Dividendos pagos	(43)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades de financiamentos	<u>(2.392)</u>	<u>(2.044)</u>
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(34)	-
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>(203)</u>	<u>1.050</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.005	2.955
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.802	4.005
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>(203)</u>	<u>1.050</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S. A. ('Companhia') é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, constituída em 21 de outubro de 2011. Sua controladora é a CGG Trading S.A. e, em conjunto com as sociedades controladas e coligadas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de carga em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; polo de transbordo rodoviário e ferroviário; armazenamento de cereais e correlatos, secagem pré-limpeza, pesagem e análise e classificação de grãos; constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, cujos objetos sociais sejam própria ou detida por sociedades controladas ou coligadas.

A Companhia possui 25% de participação do Consórcio Tegram-Itaqui ("Consórcio"), que tem sua sede localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012, tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, objeto de arrendamento conforme Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas, conforme previsto em Edital de Licitação.

O Consórcio não possui personalidade jurídica e não deverá constituir personalidade jurídica distinta das consorciadas.

O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de arrendamento dos lotes, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, de acordo com o Edital de Licitação. Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades.

Em julho de 2017, a sua controladora (CGG Trading S.A), concluiu o seu processo de reestruturação financeira, que tinha como objetivo a postergação da dívida de curto prazo. Nessa negociação as ações da Corredor Logística e Infraestrutura S.A, foram aceitas como garantia pelos bancos.

Em dezembro de 2018 as empresas que compõem o Consórcio se reuniram e aprovaram o Orçamento de Construção da Fase 2 do terminal, no valor aproximado de R\$ 240 milhões de reais, sendo que cada consorciada ficará a cargo do aporte de 25% desse total. A Companhia está em tratativas com bancos parceiros e seus acionistas para financiar o CAPEX da obra.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 20 de maio de 2019.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.2.4. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e / ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.2.5. Investimentos em controladas e coligadas

a) Custo e / ou valor patrimonial

Os investimentos em sociedades controlada e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta 'Ajuste de avaliação patrimonial', no Patrimônio Líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente ('impairment') do ativo transferido.

2.2.6. Propriedades para investimentos

São classificadas como propriedades para investimentos, as propriedades mantidas para obtenção de rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e por isso são classificadas no subgrupo Investimentos, dentro do Ativo Não Circulante.

Em conformidade com o CPC 28 Propriedade para Investimento, todas as propriedades classificadas como propriedade para investimento devem ser contabilizadas usando o método de valor justo. Ganhos ou perdas provenientes de alteração no valor justo da propriedade para investimento deve ser reconhecido no resultado no período em que ocorra.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

2.2.7. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Dólar, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.8. Moeda estrangeira

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas (diferente da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em outras moedas na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas (diferentes da moeda funcional), são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais, líquidas.

Para ativos não monetários, os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, são registrados no patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial.

Para conversão das transações em Real (R\$) para a moeda funcional da Companhia dólar norte-americano (USD) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio:

	Taxa média do exercício		Taxa de fechamento	
	2018	2017	2018	2017
USD/R\$	0.2737	0.3131	0.2581	0.3023

2.2.9. Imobilizado

Compreende principalmente terrenos e maquinário e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9. Os terrenos não são depreciados.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.2.10. Intangível

Está reconhecido como ativo intangível a concessão do arrendamento de 1 dos 4 lotes do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, que é mensurado pelo custo de aquisição somados os valores empregados no consórcio do terminal.

A Companhia atua sob regime de concessão, entretanto, sua atividade não se enquadra nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão.

A amortização é calculada considerando a vida útil de cada item, limitado ao prazo de concessão.

2.2.11. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

O imobilizado e os ativos intangíveis, são revistos periodicamente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato sejam menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

2.2.13. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ('pro rata temporis').

2.2.14. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.2.15. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço.

2.2.13. Novas normas e interpretações

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações contábeis em adequação ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, uma vez que a receita já era reconhecida quando do cumprimento da obrigação de desempenho.

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros

A Companhia adotou a norma a partir de 1º de janeiro de 2018 e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicada somente a classificação dos ativos financeiros nas categorias previstas.

- b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2018. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Saldo bancário	80	401
Cambio a internalizar	3,524	1,363
Aplicações financeiras	198	2,241
Caixa e equivalentes de caixa	<u>3,802</u>	<u>4,005</u>

Os depósitos à vista correspondem aos saldos bancários em conta corrente.

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente à 99% da variação do CDI-CETIP - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento.

4. Tributos a recuperar

	2018	2017
PIS	21	32
COFINS	96	144
IRPJ	203	187
CSLL	181	82
	<u>501</u>	<u>445</u>

5. Outros créditos

	2018	2017
Aval a apropriar (a)	2,486	-
Seguros a apropriar	26	66
Outros	18	19
Outros créditos	<u>2,530</u>	<u>85</u>
	2018	2017
Circulante	1,614	85
Não circulante	916	-
	<u>2,530</u>	<u>85</u>

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 Empréstimos e financiamentos, a companhia utiliza como garantia de empréstimos ativos de partes relacionadas. No ano de 2018 foi aprovada a cobrança do aval dessa garantia, considerando taxas de mercado para a operação.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S. A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

6. Partes relacionadas

6.1. Transações e saldos

	2018	2017
Ativo		
CGG Trading BV. (a) (b)	-	795
CGG Trading S/A. (b)	648	459
Consórcio Tegram-Itaqui. (c)	42	126
Cantagalo General Grains. (a)	647	68
	<u>1,337</u>	<u>1,448</u>
	2018	2017
Circulante	652	1,322
Não circulante	685	126
	<u>1,337</u>	<u>1,448</u>
	2018	2017
Passivo		
CGG Trading S/A. (d)	581	213
Cantagalo General Grains. (e)	3,646	9
	<u>4,227</u>	<u>222</u>
	2018	2017
Circulante	3,309	222
Não circulante	918	-
	<u>4,227</u>	<u>222</u>

As principais transações com partes relacionadas foram feitas nas seguintes condições:

(a) Transações comerciais

Prestação de serviços de elevação de cargas;

(b) Mútuos

Operações entre companhias do mesmo grupo para melhor gestão do caixa;

(c) Adiantamento de valores

Trata-se de antecipação de valores para pagamento das despesas do Consorcio.

(d) Rateio de despesas e dividendos

CGG Trading S.A - Contrato de alocação de despesas referente aos serviços compartilhados US\$ 215 mil e US\$ 366 mil referente a dividendos obrigatórios conforme artigo 18 do estatuto da Companhia, ajustados pela taxa fim do mês.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

(e) Cobrança de aval / fornecimento de garantia

Custo financeiro da garantia cedida pela Cantagalo para o empréstimo com o banco BNB, em média US\$17,500 mil, para o período de 7 anos.

7. Propriedade para investimentos

	<u>Terrenos</u>
Saldos em 31 de dezembro 2017	-
Transferência do Imobilizado	415
Saldos em 31 de dezembro 2018	415

O valor da propriedade para investimento, refere-se a um terreno em Rondonópolis transferido a valor justo do ativo imobilizado, e mantido para fins de renda e valorização. O valor é ajustado uma vez por ano, ao final do exercício, pelo valor justo determinado por um avaliador especializado.

8. Investimentos

8.1. Participação em outras sociedades

A Companhia possui participação na Tegram Operações Portuárias S.A. ("TOP S. A.") que tem por objeto social: (a) a administração e operação de instalações portuárias em geral, inclusive das instalações portuárias do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto do Itaqui, Estado do Maranhão, compreendendo, em sua atividade, a operação e gestão de equipamentos destinados à recepção e expedição de mercadorias, carga e descarga de embarcações, atividades internas em armazéns e execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às atividades de operador portuário; (b) a administração de bens próprios; e (c) a participação do capital de outras sociedades, como sócia, sócia-cotista ou acionista.

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual	Saldo de investimento	Equivalência patrimonial
Saldos em 31 de dezembro 2017	113	41	25	28	10
Saldos em 31 de dezembro 2018	96	-	25	24	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

De acordo com o Pronunciamento CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, o resultado de equivalência patrimonial na investidora deverá ser desdobrado em duas parcelas: (a) uma registrada no resultado, representando o efetivo resultado da investida devidamente convertido (b) e outra registrada no patrimônio líquido da investidora para alocação ao seu resultado no futuro US\$ (4), correspondente às variações cambiais tratadas em conta especial no patrimônio líquido das demonstrações convertidas da investida.

9. Ativo imobilizado

	Terrenos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máq. e equip.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	582	1	15	-	598
Aquisição	-	3	1	5	9
Alienação	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(5)	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	582	4	11	5	602
Aquisição	-	2	10	5	17
Depreciação	-	(3)	(296)	-	(299)
Transferência*	-	50	589	(7)	632
Transferência para Propriedade para Investimentos	(415)	-	-	-	(415)
Reversão Impairment	20	-	-	-	20
Baixas	-	-	(1)	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	187	53	313	3	556

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos para o exercício corrente é seguinte:

Descrição	Anos
Móveis e utensílios	10 - 15
Computadores e periféricos	3 - 5
Máquinas e equipamentos	10 - 15
Instalações	30

Em eventual aquisição de bens usados é utilizada a vida útil remanescente do bem para se estimar sua depreciação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

10. Intangível

	Direitos de Uso Outorga	Direito de Uso Concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	13,591	43,600	57,191
Adições	-	545	545
Amortização no exercício	(647)	(2,764)	(3,411)
Baixas	-	(1)	(1)
Conversão para moeda funcional	-	(803)	(803)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12,944	40,577	53,521
Adições	-	145	145
Amortização no exercício	(647)	(2,491)	(3,138)
Transferências (*)	-	(632)	(632)
Conversão para moeda funcional	-	(2,064)	(2,064)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12,297	35,535	47,832

Direito de uso outorga

Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui.

Direito de uso concessão

Refere-se ao contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui, que prevê arrendamento pelo prazo de 25 anos.

11. Obrigações trabalhistas e tributárias

	2018	2017
Salários e encargos	159	51
Provisão de férias e encargos	53	86
Obrigações trabalhistas	212	137
PIS	-	36
COFINS	-	152
INSS	1	5
IRRF	6	13
ISS	12	7
Outros impostos a recolher	6	-
Obrigações tributárias	25	213

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

12.1. Composição dos saldos diferidos

Os saldos de ativos diferidos apresentam-se como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Natureza dos impostos diferidos		
Ativo		
Prejuízos fiscais e base negativa		
Imposto de renda s/ prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	370	537
Diferenças Temporárias:		
Variação cambial não realizada	69	(392)
Provisões	384	397
Impostos diferidos ativos	<u>823</u>	<u>542</u>

Foram registrados impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda do ano de 2016, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias.

Por ocasião da análise, para efeito de determinação da parcela a ser registrada, a Administração da Companhia e suas controladas utilizaram-se das projeções de resultados para os próximos exercícios e avaliou a efetiva capacidade de realização desses créditos, com base nas estimativas dos lucros tributáveis futuros.

12.2. Período estimado de realização

As perspectivas futuras dos negócios e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração, portanto, dependem de variáveis nos mercados nacional e internacional, estando sujeitas a mudanças. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante.

12.3. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reconciliação da Taxa Efetiva		
Lucro contábil	1.348	366
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IR e CS utilizada a alíquota combinada	(200)	(165)
Subvenção para investimentos	<u>145</u>	<u>40</u>
Total	<u>(55)</u>	<u>(125)</u>
Alíquota efetiva	<u>(9%)</u>	<u>(26%)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

12.4. Incentivos fiscais - subvenção para investimento

A Corredor Logística, a partir de janeiro de 2016, por meio de benefício tributário outorgado pela SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com base na Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, passou a ter o benefício da redução de 75% da base de cálculo do Imposto de Renda das atividades relacionadas a prestação de serviços portuários. Tal benefício já é refletido nos cálculos apresentados acima e tem duração até 2028, com possibilidade de prorrogação.

13. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	2018	2017
Banco Nacional do Nordeste	3,53% a. a.	11,873	16,476
Circulante		1,470	2,099
Não circulante		10,403	14,377
		<u>11,873</u>	<u>16,476</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	2018	2017
2018	-	2,099
2019	1,470	2,053
2020	1,875	2,053
2021	1,883	2,053
2022 a 2025	6,645	8,218
	<u>11,873</u>	<u>16,476</u>

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidos os seguintes ativos avaliados em reais:

(a) Terras

Foram oferecidas terras de propriedade da empresa coligada Tropical Empreendimentos e Participações Ltda, por meio de sua controladora Cantagalo General Grains S.A., composta das fazendas:

Fazenda Cantagalo com 22,075.93 hectares, avaliada em USD 17,615,091
Serra Grande com 3,945.75 hectares, avaliada em USD 3,561,750

(b) Edifícios

Foram oferecidos os conjuntos 111 ao 114 localizado no 11º pavimento do condomínio Cidade Jardim Corporate Center avaliado em USD 2,131,887 de propriedade da empresa controladora CGG Trading S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

(c) Maquinas e equipamentos

Foram oferecidos maquinas e equipamentos eletromecânicos de propriedade da Corredor Logistica e Infraestrutura S/A, e estão instalados no lote III do Terminal de Grãos - TEGRAM, do Porto de Itaquí e estão avaliados em USD 3,710,937

(d) Aplicação financeira

Valor equivalente a 6 parcelas conforme contrato.

14. Contingências e compromissos assumidos

A Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus assessores jurídicos como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2018 o total dessas contingencias não provisionadas somava USD 38.6 mil, enquanto que no final de ano de 2017 era zero.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital subscrito

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de USD 48,990,306.68 representado por 114.302.318 (cento e quatorze milhões, trezentos e dois mil e trezentos e dezoito) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações existentes, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

	Ações	
	2018	2017
Acionistas CGG Trading S.A.	114.302.318	114.302.318

15.2. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

16. Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial, no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	1.633	212
Constituição de reserva Legal	<u>(82)</u>	<u>(11)</u>
Base de cálculo dos dividendos	1.551	201
Dividendos propostos	(388)	(50)
Total	<u>(388)</u>	<u>(50)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício (%)	<u>23,7</u>	<u>23,6</u>

17. Instrumentos financeiros

17.1. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se aos de realização.

17.2. Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em Reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

	2018		2017	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários - Banco do Nordeste (*)	11,873	9,723	16,476	14,888

(*) Valor de mercado considerando o CDI de fechamento de cada ano. Dívida em reais convertida para dólar de acordo com a taxa à vista do final do correspondente ano.

17.3. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do 'hedge' das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um comitê de gerenciamento de risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

17.4. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

17.5. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

17.6. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

b) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia possuía ativos e passivos em R\$ (reais) nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessa data:

	2018	2017
Ativo		
Caixas e equivalentes de caixa	278	4,005
Impostos a recuperar	501	445
Impostos diferidos	823	542
Outros ativos	2,662	120
	<u>4,264</u>	<u>5,112</u>
Passivo		
Fornecedores	280	286
Empréstimos	11,873	16,476
Outras contas a pagar	3,841	350
	<u>15,994</u>	<u>17,112</u>
Exposição passiva líquida	<u>11,730</u>	<u>12,000</u>

18. Receita operacional

	2018	2017
Europa e Estados Unidos	11,335	7,014
Mercado doméstico	1,870	3,880
Total de receita bruta	<u>13,205</u>	<u>10,894</u>
	2018	2017
Receita bruta	13,205	10,894
Impostos sobre vendas	(779)	(828)
Devoluções e abatimentos	(23)	-
Total de receita líquida	<u>12,403</u>	<u>10,066</u>

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S. A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

19. Despesas e custos por natureza

Descrição	2018			2017		
	Custo dos produtos vendidos	Despesas gerais e Adm	Total	Custo dos produtos vendidos	Despesas gerais e Adm	Total
Matérias-primas e produtos	(158)	-	(158)	(105)	-	(105)
Despesa com pessoal	(949)	(2,051)	(3,000)	(918)	(1,494)	(2,412)
Custos portuários	(246)	-	(246)	(338)	-	(338)
Outros custos	-	(17)	(17)	-	(33)	(33)
Prestação de serviços	(1,077)	(1,142)	(2,219)	(1,132)	(1,045)	(2,177)
Taxas e impostos	-	(88)	(88)	29	(10)	19
Arrendamentos	(1,669)	-	(1,669)	(1,072)	-	(1,072)
Subtotal	(4,099)	(3,298)	(7,397)	(3,536)	(2,582)	(6,118)
Depreciação	-	(299)	(299)	-	(5)	(5)
Amortização	(3,138)	-	(3,138)	(3,411)	-	(3,411)
Subtotal	(3,138)	(299)	(3,437)	(3,411)	(5)	(3,416)
Total	(7,237)	(3,597)	(10,834)	(6,947)	(2,587)	(9,534)

20. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Receita s/aplicação financeira	124	221
Juros ativos s/partes relacionadas	19	-
Descontos obtidos	76	96
Outras receitas financeiras	35	-
Total das receitas financeiras	254	317
Despesa com aval	(1,570)	-
Juros sobre empréstimos obtidos	(496)	(639)
Juros passivos s/ partes relacionadas	(12)	-
Outras despesas financeiras	(115)	(59)
Total das despesas financeiras	(2,193)	(698)
Subtotal Receitas (Despesas) financeiras	(1,939)	(381)
Variação cambial líquida	1,700	204
Total do resultado financeiro	(239)	(177)

21. Seguros (não auditado)

A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas (em milhares de USD)
Seguro Patrimonial (a)	64,525
Responsabilidade civil diretores (b)	3,872
Responsabilidade civil geral (b)	323
Avárias nos estoques	36,520

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de dólares)

(a) Seguro de operador portuário

Seguro realizado em nome do Tegram Operações Portuárias, que cobre os riscos de todas as consorciadas.

(b) Seguro de Responsabilidade civil

Seguros realizados na holding Cantagalo General Grains S/A., que cobre os riscos de todas as empresas do grupo, sediadas no Brasil.

22. Eventos subsequentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 no Contexto operacional, o TEGRAM iniciará em 2019 seu processo de expansão, que prevê um segundo berço para atracação, permitindo o embarque em dois navios simultaneamente, alcançando um volume conjunto de expedição de 5 mil toneladas por hora, além de uma segunda linha da moega ferroviária, ampliando a capacidade de recebimento nesta modalidade para 4 mil toneladas por hora, permitirá que o terminal alcance uma capacidade teórica de movimentação anual de 18,7 milhões de toneladas.

A previsão do desembolso de caixa do consórcio para o investimento é de 189,9 milhões de reais no decorrer do ano de 2019 e 49,8 milhões de reais no ano de 2020, sendo que a Companhia é responsável por 25% desses valores e está em tratativas com bancos e acionistas para financiar o projeto.